



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

**ENERGISA
PARTICIPAÇÕES
MINORITÁRIAS S.A.**

CNPJ nº 21.855.649/0001-10

RESULTADOS 2025

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Colocamo-nos à disposição dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários. A Diretoria, Cataguases, 12 de março de 2026.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2025				(Valores expressos em milhares de reais)			
	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	12.822	57	Fornecedores		47	9
Aplicações financeiras no mercado aberto	4	-	1.545.612	Encargos de dívidas	8	5.808	-
Tributos a recuperar	5	6.903	13.925	Impostos a contribuições sociais	9	2.831	2.135
Dividendos a receber		-	3.299	Total do circulante		8.686	2.144
Total do circulante		19.725	1.562.893	Não circulante			
Não circulante				Empréstimos e financiamentos	8	1.149.891	-
Créditos com partes relacionadas	6	9.689	395.864	Total do não circulante		1.149.891	-
Tributos a recuperar	5	28.805	62.391	Patrimônio líquido			
Total do não circulante		38.494	458.255	Capital social	10.1	3.089.054	6.016.369
Investimentos	7	2.576.856	3.466.766	Reservas de capital	10.2	(1.953.636)	(1.297.831)
Total do ativo		2.635.075	5.487.914	Retenção de lucros	10.03 e 10.04	303.596	374.694
				Dividendos adicionais propostos	10.05	-	362.155
				Prejuízos acumulados		-	-
				Outros resultados abrangentes		37.484	30.383
				Total do patrimônio líquido		1.476.498	5.485.770
				Total do passivo e patrimônio líquido		2.635.075	5.487.914

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025				(Valores expressos em milhares de reais)									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	Nota	Reservas de capital			Reservas de lucros			Dividendos adicionais	Lucros resultantes	Outros resultados abrangentes	Total		
		Capital social	Custo com emissão de ações	Outras reservas de capital	Transações entre sócios	Reserva legal	Retenção de lucros					Propostos	Acumulados
Saldo em 31 de dezembro de 2024		6.016.369	(109.424)	1.285.397	(2.394.061)	208.066	436.163	264.773	-	15.421	5.722.704		
Pagamento de dividendos adicionais Propostos	10.4	-	-	-	-	(436.163)	(264.773)	-	-	-	(700.936)		
Custo de capitação com aumento de capital	10.2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Transações entre sócios - efeito de equivalência patrimonial	10.2	-	-	-	(79.930)	-	-	-	-	-	(79.930)		
Programa de remuneração variável (ILP) - efeito de equivalência patrimonial	10.2	-	-	187	-	-	-	-	-	-	187		
Dividendos prescritos	10.6	-	-	-	-	-	-	1.247	-	-	1.247		
Contrato dívida ORA	10.6	-	-	-	-	-	-	(128)	128	-	-		
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	1.059.480	-	-	1.059.480		
Proposta de distribuição do lucro líquido		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Reserva legal	10.3	-	-	-	-	52.974	-	(52.974)	-	-	-		
Dividendos	10.6	-	-	-	-	-	-	(531.816)	-	-	(531.816)		
Dividendos adicionais propostos	10.6	-	-	-	-	-	-	362.155	-	-	362.155		
Reserva de retenção de lucros	10.4	-	-	-	-	113.654	-	(113.654)	-	-	-		
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	10.7	-	-	-	-	-	-	-	-	14.834	14.834		
Saldo em 31 de dezembro de 2025		6.016.369	(109.424)	1.285.584	(2.473.991)	261.040	113.654	362.155	(362.155)	30.383	5.485.770		
Pagamento de dividendos adicionais Propostos	10.4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Redução de capital conf. AGE de 17/09/2025	10.2	(1.000.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.000.000)		
Redução de capital conf. AGE de 15/12/2025	10.2	(1.455.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.455.000)		
Redução de capital conf. AGE de 15/12/2025	10.2	(472.315)	-	-	-	-	-	-	-	-	(472.315)		
Transações entre sócios - efeito de equivalência patrimonial	10.2	-	-	-	(640.370)	-	-	-	-	-	(640.370)		
Programa de remuneração variável (ILP) - efeito de equivalência patrimonial	10.2	-	-	1.849	-	-	-	-	-	-	1.849		
Reclassificação reserva de retenção para dividendos conf. AGO 28/03/2025	10.4	-	-	-	-	-	-	(113.654)	-	-	(113.654)		
Dividendos prescritos	10.5	-	-	-	-	-	-	956	-	-	956		
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	851.131	-	-	851.131		
Proposta de distribuição do lucro líquido		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Reserva legal	10.3	-	-	-	-	42.556	-	(42.556)	-	-	-		
Dividendos	10.5	-	-	-	-	-	-	(826.815)	-	-	(826.815)		
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	10.6	-	-	-	-	-	-	-	-	7.101	7.101		
Transações entre sócios		-	-	-	(17.284)	-	-	-	-	-	(17.284)		
Saldo em 31 de dezembro de 2025		3.089.054	(109.424)	1.287.433	(3.131.645)	303.596	-	-	-	37.484	1.476.498		

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Energisa Participações Minoritárias S.A. ("Companhia ou Energisa Participações"), com sede em Cataguases, estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital fechado, criada, com propósito específico, para participação no capital de outras sociedades por interesse da controladora Energisa S/A ("Energisa"), visando aprimorar a estrutura societária do Grupo Energisa.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a IFRS Accounting Standards emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), que compreendem as normas do Conselho de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 12 de março de 2026. **2.2. Moeda funcional e base de mensuração:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 14. **2.3. Julgamentos, estimativas e premissas:** A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados reais de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Nota explicativa nº 14 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos - definição dos níveis dos instrumentos financeiros e mensuração do valor justo.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS E NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

As políticas materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **3.1. Políticas contábeis materiais:** a. **Caixa e equivalentes de caixa** - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade de imediata em montante conhecido, sujeitas a risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação; b. **Tributos a recuperar** - referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, recolhimento de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável; c. **Investimentos** - os investimentos em subsidiárias são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, nas demonstrações financeiras, tomando-se por base os patrimônios líquidos das investidas na data do balanço; d. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e. **Imposto de renda e contribuição social** - o imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%; f. **Empréstimos e financiamentos** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são mensurados mensalmente ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva; g. **Lucro por ação** - o lucro por ação básico e diluído são calculados por meio do resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável; h. **Dividendos** - os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituir uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação; i. **Instrumentos financeiros** - CPC 48 (R1) avalia o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabelece três categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio do resultado ("VJR"); e (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais. Quanto ao reconhecimento e mensuração de passivos financeiros, não houve alterações significativas em relação aos critérios atuais, com exceção ao reconhecimento de mudanças de risco de crédito próprio em outros resultados abrangentes para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados em ativos mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de passivo até sua efetiva aprovação"; i. Instrumentos financeiros - CPC 48 (R1) avalia o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabelece três categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio do resultado ("VJR"); e (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais. Quanto ao reconhecimento e mensuração de passivos financeiros, não houve alterações significativas em relação aos critérios atuais, com exceção ao reconhecimento de mudanças de risco de crédito próprio em outros resultados abrangentes para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados em ativos mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de passivo até sua efetiva aprovação"; i. Instrumentos financeiros - CPC 48 (R1) avalia o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabelece três categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio do resultado ("VJR"); e (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais. Quanto ao reconhecimento e mensuração de passivos financeiros, não houve alterações significativas em relação aos critérios atuais, com exceção ao reconhecimento de mudanças de risco de crédito próprio em outros resultados abrangentes para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados em ativos mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de passivo até sua efetiva aprovação"; i. Instrumentos financeiros - CPC 48 (R1) avalia o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabelece três categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio do resultado ("VJR"); e (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais. Quanto ao reconhecimento e mensuração de passivos financeiros, não houve alterações significativas em relação aos critérios atuais, com exceção ao reconhecimento de mudanças de risco de crédito próprio em outros resultados abrangentes para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados em ativos mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de passivo até sua efetiva aprovação"; i. Instrumentos financeiros - CPC 48 (R1) avalia o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabelece três categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio do resultado ("VJR"); e (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais. Quanto ao reconhecimento e mensuração de passivos financeiros, não houve alterações significativas em relação aos critérios atuais, com exceção ao reconhecimento de mudanças de risco de crédito próprio em outros resultados abrangentes para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados em ativos mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de passivo até sua efetiva aprovação"; i. Instrumentos financeiros - CPC 48 (R1) avalia o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabelece três categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio do resultado ("VJR"); e (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais. Quanto ao reconhecimento e mensuração de passivos financeiros, não houve alterações significativas em relação aos critérios atuais, com exceção ao reconhecimento de mudanças de risco de crédito próprio em outros resultados abrangentes para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados em ativos mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de passivo até sua efetiva aprovação"; i. Instrumentos financeiros - CPC 48 (R1) avalia o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabelece três categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio do resultado ("VJR"); e (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais. Quanto ao reconhecimento e mensuração de passivos financeiros, não houve alterações significativas em relação aos critérios atuais, com exceção ao reconhecimento de mudanças de risco de crédito próprio em outros resultados abrangentes para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados em ativos mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de passivo até sua efetiva aprovação"; i. Instrumentos financeiros - CPC 48 (R1) avalia o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabelece três categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio do resultado ("VJR"); e (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais. Quanto ao reconhecimento e mensuração de passivos financeiros, não houve alterações significativas em relação aos critérios atuais, com exceção ao reconhecimento de mudanças de risco de crédito próprio em outros resultados abrangentes para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados em ativos mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de passivo até sua efetiva aprovação"; i. Instrumentos financeiros - CPC 48 (R1) avalia o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabelece três categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio do resultado ("VJR"); e (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais. Quanto ao reconhecimento e mensuração de passivos financeiros, não houve alterações significativas em relação aos critérios atuais, com exceção ao reconhecimento de mudanças de risco de crédito próprio em outros resultados abrangentes para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados em ativos mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de passivo até sua efetiva aprovação"; i. Instrumentos financeiros - CPC 48 (R1) avalia o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabelece três categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio do resultado ("VJR"); e (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais. Quanto ao reconhecimento e mensuração de passivos financeiros, não houve alterações significativas em relação aos critérios atuais, com exceção ao reconhecimento de mudanças de risco de crédito próprio em outros resultados abrangentes para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados em ativos mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de passivo até sua efetiva aprovação"; i. Instrumentos financeiros - CPC 48 (R1) avalia o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabelece três categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio do resultado ("VJR"); e (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais. Quanto ao reconhecimento e mensuração de passivos financeiros, não houve alterações significativas em relação aos critérios atuais, com exceção ao reconhecimento de mudanças de risco de crédito próprio em outros resultados abrangentes para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados em ativos mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de passivo até sua efetiva aprovação"; i. Instrumentos financeiros - CPC 48 (R1) avalia o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabelece três categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio do resultado ("VJR"); e (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais. Quanto ao reconhecimento e mensuração de passivos financeiros, não houve alterações significativas em relação aos critérios atuais, com exceção ao reconhecimento de mudanças de risco de crédito próprio em outros resultados abrangentes para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados em ativos mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de passivo até sua efetiva aprovação"; i. Instrumentos financeiros - CPC 48 (R1) avalia o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabelece três categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio do resultado ("VJR"); e (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais. Quanto ao reconhecimento e mensuração de passivos financeiros, não houve alterações significativas em relação aos critérios atuais, com exceção ao reconhecimento de mudanças de risco de crédito próprio em outros resultados abrangentes para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados em ativos mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de passivo até sua efetiva aprovação"; i. Instrumentos financeiros - CPC 48 (R1) avalia o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabelece três categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio do resultado ("VJR"); e (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais. Quanto ao reconhecimento e mensuração de passivos financeiros, não houve alterações significativas em relação aos critérios atuais, com exceção ao reconhecimento de mudanças de risco de crédito próprio em outros resultados abrangentes para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados em ativos mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de passivo até sua efetiva aprovação"; i. Instrumentos financeiros - CPC 48 (R1) avalia o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabelece três categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio do resultado ("VJR"); e (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais. Quanto ao reconhecimento e mensuração de passivos financeiros, não houve alterações significativas em relação aos critérios atuais, com exceção ao reconhecimento de mudanças de risco de crédito próprio em outros resultados abrangentes para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados em ativos mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de passivo até sua efetiva aprovação"; i. Instrumentos financeiros - CPC 48 (R1) avalia o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabelece três categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio do resultado ("VJR"); e (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais. Quanto ao reconhecimento e mensuração de passivos financeiros, não houve alterações significativas em relação aos critérios atuais, com exceção ao reconhecimento de mudanças de risco de crédito próprio em outros resultados abrangentes para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados em ativos mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de passivo até sua efetiva aprovação"; i. Instrumentos financeiros - CPC 48 (R1) avalia o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabelece três categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio do resultado ("VJR"); e (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais. Quanto ao reconhecimento e mensuração de passivos financeiros, não houve alterações significativas em relação aos critérios atuais, com exceção ao reconhecimento de mudanças de risco de crédito próprio em outros resultados abrangentes para aqueles passivos design

>>>



ENERGISA PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS S.A.

CNPJ nº 21.655.649/0001-10

Movimentação dos investimentos:

Investidas	Saldos em 2024	AFAC/Aumento de capital do Grupo	Alienação de ações e ganho de capital (entre empresas do Grupo)	Ganho/Perda de ações e ILP ⁽¹⁾	Outros Resultados Abrengentes ⁽²⁾	Dividendos ⁽³⁾	Equivalência Patrimonial	Saldos em 2025
Rede Energia ⁽⁴⁾	1.254.362	1.948.523	(599.581)	7.186	(380.173)	346.539	2.576.856	
EMT ⁽⁵⁾	1.754.722	2.085	(1.627.262)	414	(85)	(481.812)	351.938	
EDG ⁽⁶⁾	457.682	40.860	(472.315)	(39.354)	-	(1.444)	14.571	
Total	3.466.766	1.991.468	(2.099.577)	(638.521)	7.101	(863.429)	2.576.856	

Investidas	Saldos em 2023	Saldo em 2024	Aquisição de ações e ILP ⁽¹⁾	Outros Resultados Abrengentes ⁽²⁾	Dividendos	Equivalência Patrimonial	Saldos em 2024
Rede Energia	1.173.342	72	9.899	(363.154)	434.203	1.254.362	
EMT	1.572.845	(82)	4.935	(239.568)	416.592	1.754.722	
EDG	500.000	(61.165)	-	(3.297)	22.144	457.682	
Total	3.246.187	(61.175)	14.834	(606.019)	872.939	3.466.766	

⁽¹⁾No exercício de 2025, foi apurado efeito equivalência patrimonial reflexo de R\$1.849 (R\$187 em 2024) referente à implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) das companhias Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A (EMT), Rede Energia Participações S/A (Rede Energia) e Energisa Distribuição de Gás S/A (EDG) e perda de R\$640.370 (R\$61.362 de perda em 2024) referente às transações com sócios das subsidiárias EMT, Rede Energia e EDG.

⁽²⁾Outros resultados abrengentes – refere-se aos efeitos de equivalência patrimonial reflexa contabilizado pela Rede Energia e EMT, diretamente no Patrimônio Líquido. ⁽³⁾Em 19 de dezembro de 2025, a Companhia aumentou o capital social da Rede Energia considerando a transferência (i) da totalidade das ações da EMT de sua titularidade, conforme laudo de avaliação preparado por empresa especializada; e (ii) o saldo de crédito líquido, vencido e exigível, detido pela Companhia, decorrente de contrato de mútuo celebrado entre as partes, no montante de R\$321.261. Essa transação alterou a participação societária na investida Rede Energia de 29,57% para 42,12% e na EMT não possui mais participação. ⁽⁴⁾Em 30 de abril de 2025 com a integralização do AFAC realizado pela Rede Energia S/A na investida EDG, a participação societária da Companhia alterou de 49,53% para 22,70%, gerando uma perda de capital no montante de R\$33.715 e em 15 de dezembro de 2025 houve a redução de capital na Companhia, conforme mencionado na nota explicativa nº10 – Patrimônio Líquido, com a entrega de 100% das ações que a Companhia possuía da controlada EDG para a Energisa S/A, passando a EDG não ser mais uma investida da EPM.

8. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS

A movimentação do empréstimo e financiamento está demonstrada a seguir:

Moeda Nacional	Saldos em 2024	Captação em 2024	Encargos monetária	Atualização cambial e Custos	Custos apropriados	Saldos em 2025
Pós Fixado						
CDI	-	1.150.000		6.027	-	1.156.027
(-) Custo com captação	-	-	-	18	(346)	(328)
Total em moeda nacional	-	1.150.000	-	6.045	(346)	1.155.699

Circulante - 5.808

Não circulante - 1.149.891

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total em 2025	Encargos em 2025	Vencimento em 2025	Amortização principal	(Taxa de juros) ⁽²⁾	Garantias ⁽³⁾	Covenants ⁽⁴⁾
1+ NOTA COMERCIAL SÉRIE UNICA	1.156.027	0,75%	jun/27	Final	15,07%	A	2
(-) Custo com captação	(328)						
Total em Moeda Nacional	1.155.699						

Garantias – A – Aval Energisa S.A. **Taxas efetivas de juros** – representam as variações ocorridas no exercício de 2025. A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa. **Condições de covenants**: o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos nos contratos com base nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora final Energisa S/A, conforme abaixo:

Cláusulas restritivas	Índice requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	Menor ou igual a 4,25 até o vencimento	Trimestral e Anual

⁽¹⁾ EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2025, as exigências contratuais foram cumpridas. O principal indicador utilizado para a atualização dos empréstimos e financiamentos teve a seguinte variação de percentual e taxa efetiva no exercício:

Moeda/indicadores	2025	2024
CDI	1.149.891	1.149.891
Total	1.149.891	1.149.891

O empréstimo e financiamento classificado no passivo não circulante tem seu vencimento assim programado:

2027	2025	2024
1.149.891	1.149.891	1.149.891
Total	1.149.891	1.149.891

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2025	2024
Contribuições ao PIS e a COFINS	393	544
Contribuição Social sobre lucro líquido – CSL	1.783	1.003
Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	652	587
Outros	3	1
Total – circulante	2.831	2.135

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

10.1. Capital Social: O capital social é de R\$3.089.054 (R\$6.016.369 em 2024), representando 42.795 (427.957.595 em 2024) ações ordinárias e 16.585 (165.850.749 em 2024) ações preferenciais, totalizando 59.380 (593.808.344 em 2024), sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de setembro de 2025, foi aprovada a redução do capital social da Companhia no montante de R\$1.000.000, sem o cancelamento de ações, mediante redução do valor representativo de cada ação e restituição aos acionistas. O capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, passou a ser de R\$5.016.369 dividido em 59.380 ações de emissão da Companhia, sendo 42.795 ações ordinárias e 16.585 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Em 12 de dezembro de 2025, o Itaú alienou a totalidade das ações preferenciais de sua titularidade à Energisa S/A e a rescisão do acordo de acionista. Com a efetivação da operação, a Energisa S/A passou a deter 100% da titularidade das ações ordinárias e preferenciais emitidas pela Companhia. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de dezembro de 2025, foi aprovada a redução do capital social da

Companhia no montante de R\$1.927.315, sem cancelamento de ações mediante a entrega ao acionista: (a) o montante de R\$1.455.000 restituído, em moeda corrente nacional; e (b) entrega de 394.177 ações preferenciais de emissão da EDG, representativas de 100% das ações preferenciais e de 22,70% do capital social total da EDG, correspondente ao montante de R\$472.315, conforme apurado nos registros contábeis da Companhia na data base de 30 de novembro de 2025, montante que já considera, inclusive, a cessão de crédito de AFAC concedido pela Companhia em favor da EDG, no montante de R\$40.860. Em razão da redução de capital, o capital social da Companhia passou de R\$5.016.369 para R\$3.089.054.

10.2. Reserva de Capital:

2025	2024	
Transações entre sócios ⁽¹⁾	(3.131.645)	(2.473.991)
Aumento de capital – Outras reservas de capital	1.270.000	1.270.000
Custo de captação – Aumento de capital	(109.424)	(109.424)
Programa de remuneração variável (ILP) – Reflexo ⁽²⁾	7.211	5.362
Reserva de incentivo fiscal – reinvestimento reflexo	10.222	10.222
Saldos	(1.953.636)	(1.297.831)

⁽¹⁾As transações entre sócios estão demonstradas abaixo:

2025	2024	
Transações entre sócios	(3.131.645)	(2.473.991)
Saldo inicial em 31/12/2024 e 31/12/2023	(2.473.991)	(2.394.061)
Transações entre sócios	(657.654)	(79.930)
Saldo final em 31/12/2025 e 31/12/2024	(3.131.645)	(2.473.991)

⁽²⁾Implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações ocorridas nas subsidiárias Rede Energia Participações de R\$1.294 (R\$66 em 2024) e Energisa Mato Grosso R\$348 (reversão de R\$82 em 2024) e Energisa Distribuição de Gás R\$207 (R\$203 em 2024) denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP), contabilizados diretamente no patrimônio líquido. **10.3. Reserva de lucros – reserva legal:** Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. **10.4. Reserva de lucros – reserva de retenção de lucros:** Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de março de 2025, foi aprovado a reversão do montante de reservas de lucros no total de R\$113.654 (R\$436.163 em 2024). **10.5. Dividendos:** O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A Administração propôs a seguinte distribuição de dividendos:

2025	2024	
Lucro líquido do exercício	851.131	1.059.480
Dividendos prescritos	956	1.247
Contrato dívida ORA	-	(128)
Reserva Legal	(42.556)	(52.974)
Lucro líquido ajustado	809.531	1.007.625
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	206.704	251.906

• Valores pagos em 08 de julho de 2025 – correspondem a R\$4.134.237.640.168 por ação ordinária⁽¹⁾

• Valores pagos em 08 de julho de 2025 – correspondem a R\$13.038.365.979.439 em por ação preferencial⁽¹⁾

• Valores pagos em 23 de setembro de 2025 – correspondem a R\$1.719.720.454.679 (R\$1.763.621.771 em 2024) por ação preferencial

• Valores pagos em 23 de setembro de 2025 – correspondem a R\$5.423.574.216.581 (R\$5.592.079.799 em 2024) por ação ordinária

• Valores pagos em 19 de dezembro de 2025 – correspondem a R\$2.840.206.947.108 por ação ordinária⁽¹⁾

• Valores pagos em 19 de dezembro de 2025 – correspondem a R\$8.957.312.292.342 por ação preferencial⁽¹⁾

• Dividendos adicionais propostos – correspondem a R\$0.119.508.849 por ação ordinária e R\$0.376.905.294 por ação preferencial⁽²⁾

Total dos dividendos atribuídos às ações preferenciais **826.815** **893.971**

% sobre o lucro líquido ajustado **102%** **89%**

Os dividendos antecipados aprovados na Reunião do Conselho de Administração de 26 de junho, 17 de setembro e 09 de dezembro de 2025, foram calculados sobre o resultado apurado com base no resultado de 31 de março, 31 de agosto e 30 de novembro de 2025, respectivamente. Adicionalmente, dos dividendos pagados à Energisa S/A em 19/12/2025, o montante de R\$17.284 foi pago a maior, pois em 31 de dezembro de 2025 o resultado acumulado foi menor do que o apurado em 30 de novembro de 2025. ⁽³⁾Os dividendos adicionais propostos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios ao exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituir uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação, de acordo com as normas do ICP-08. Os dividendos foram totalmente quitados em 28 de março de 2025. A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos das investidas na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa. **10.6. Outros resultados abrengentes – reflexo de equivalência patrimonial:** Refere-se à contabilização, do plano de benefício a empregados líquidos de impostos sobre o lucro líquido ajustado. Os referidos saldos estão contabilizados como outros resultados abrengentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis.

Segue movimentação nos exercícios:

2025	2024	
Saldo final em 31/12/2024 e 31/12/2023	30.383	15.421
Ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego (reflexo)	7.101	14.962
Saldo final em 31/12/2025 e 31/12/2024	37.484	30.383

11. DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada com base no lucro real conforme demonstrado a seguir:

2025	2024	
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	922.484	1.145.719
Alíquota fiscal combinada nominal	3,4%	3,4%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas fiscais nominais	(313.645)	(389.544)
Ajustes:		
Resultado de equivalência patrimonial	242.436	296.799
Outros ajustes	(144)	6.506
Imposto de renda e contribuição social	(71.353)	(86.239)
Alíquota efetiva	7,73%	7,53%

12. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

2025	2024	
Receita de aplicação financeira	161.168	208.220
Atualização Mútuo	56.786	75.538
Juros Selic, s/ impostos a recuperar	8.241	2.547
(-) Tributos sobre receitas financeiras – PIS e COFINS	(10.518)	(13.313)
Total das receitas financeiras	215.677	272.992
Despesas Bancárias/IOF	(24)	(51)
Encargos de dívidas – juros	(6.045)	-
Juros e Multas	(11)	(8)
Total despesas financeiras	(6.080)	(59)
Resultado Financeiro	209.597	272.933

Recorre a aplicação financeira

Atualização Mútuo

Juros Selic, s/ impostos a recuperar

(-) Tributos sobre receitas financeiras – PIS e COFINS

Total das receitas financeiras

Despesas Bancárias/IOF

Encargos de dívidas – juros

Juros e Multas

Total despesas financeiras

Resultado Financeiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da Energisa Participações Minoritárias S.A. – Cataguases – MG.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Participações Minoritárias S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Participações Minoritárias S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação complementar para fins de IFRS Accounting Standards, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e

é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, o não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já

13. LUCRO POR AÇÃO

Cálculo de lucros por ação (em milhares de reais, exceto lucro líquido básico por ação):

	2025	2024
Numerador		
Lucro líquido do exercício	237.721	295.913
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	613.410	763.567
Lucro disponível aos acionistas ordinários	851.131	1.059.480

Denominador (em milhares de ações)

	2025	2024
Média ponderada de número de ações preferenciais	55.295	165.851
Média ponderada de número de ações ordinárias	142.681	427.958
Total	197.976	593.808

Lucro líquido básico e diluído por ação em Reais R\$: ⁽¹⁾

	2025	2024
Ação preferencial	4,30	1,78
Ação ordinária	4,30	1,78